

NARRANDO TRAJETÓRIAS INDÍGENAS ESTUDANTIS: A AESA-CESA, O CURSO DE HISTÓRIA E OS FULNI-Ô

Narrating indigenous student trajectories: AESA-CESA, the History Course and the Fulni-ô

Augusto César Acioly Paz Silva

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA), Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), Arcoverde, PE, Brasil

Jose Andre Ferreira Salu

Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Recife, PE, Brasil

Resumo

Ao pensar o processo de entrada para o ensino superior de pessoas pertencentes aos povos indígenas constitui-se numa importante tarefa, este trabalho apresenta uma compreensão de como a educação superior colabora no processo de transformação na vida destes povos, para podermos analisar qual o papel que Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde, através da faculdade mantida por esta instituição, o Centro de Ensino Superior de Arcoverde (AESA-CESA), desempenha ou desempenhou na construção das trajetórias deste povo, no processo de qualificação intelectual, da resignificação das suas identidades e de acesso ao mercado de trabalho. Dentro desta compreensão, a proposta lança questões, a respeito desta relação entre o curso de História do CESA e a trajetória de estudantes Fulni-ô que tiveram acesso a esta graduação e a Instituição de Ensino Superior, para que possamos colaborar, no sentido de pensar os processos de formação junto as populações indígenas, a importância histórica que as Autarquias de Ensino Superior possuíram na assistência educacional no interior do Estado, inclusive, as populações indígenas num contexto no qual as políticas públicas de acesso ao ensino superior a estas populações eram escassas. Através do uso da metodologia da História Oral, foi possível apresentar as trajetórias dos indígenas Fulni-ô e refletir a respeito do papel e do lugar que esta instituição e o curso de História ocuparam no processo de formação, procurando, desta forma, refletir a respeito da importância do acesso destas populações ao ensino superior. Além disso, foi possível compreender e destacar o papel que a Autarquia possui no processo de qualificação e formação destas populações e colaborar para construir mais visibilidade a respeito desta temática e do ensino da história indígena.

Palavras-Chave: indígenas, Fulniôs, Educação Superior.

Abstract

When considering the process of entry into higher education for people belonging to indigenous peoples, this work presents an understanding of how higher education contributes to the process of transformation in the lives of these peoples, so that we can analyze the role that the Higher Education Authority of Arcoverde, through the college maintained by this institution, the Higher Education Center of Arcoverde (AESA-CESA), plays or has played in the construction of the trajectories of these people, in the process of intellectual qualification, the resignification of their identities and access to the job market. Within this understanding, the proposal raises questions regarding this relationship between the History course at CESA and the trajectory of Fulni-ô students who had access to this degree and the Higher Education Institution, so that we can collaborate in the sense of thinking about the training processes with indigenous populations, the historical importance that Higher Education Authorities had in educational assistance in the interior of the State, including indigenous populations in a context in which public policies for access to higher education for these populations were

scarce. Through the use of the Oral History methodology, it was possible to present the trajectories of the Fulni-ô indigenous people and reflect on the role and place that this institution and the History course occupied in the educational process, thus seeking to reflect on the importance of these populations' access to higher education. In addition, it was possible to understand and highlight the role that the Autarchy has in the process of qualifying and educating these populations and collaborate to build greater visibility regarding this theme and the teaching of indigenous history.

Keywords: indigenous people, Fulniôs and Higher Education.

INTRODUÇÃO

Desde a primeira década do século XXI, algumas mudanças têm ocorrido no processo de ensino da História, sobretudo, quando pensamos o papel e o lugar dos povos indígenas na participação nos processos históricos no Brasil, mas sobretudo locais e regionais. Para além dos estigmas e estereótipos construídos sobre os indígenas, ao longo das décadas impactando o reconhecimento das identidades étnicas, é importante como a mobilização social e as retomadas das suas terras contribuiu para afirmar a condição de indígena. Aliado, a isto procuramos ao longo do nosso texto, compreender o papel que a educação superior, especificamente, no curso de História no Centro de Ensino Superior de Arcoverde, faculdade mantida pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA-CESA) instituição pública municipal, localizada na cidade de Arcoverde e que atende parte do agreste e sertão do Moxotó pernambucano, proporcionaram nas trajetórias de alguns ex-estudantes indígenas.

A partir da história do Fulni-ô, do processo de organização do ensino superior nos sertões pernambucanos e as histórias de vida de alguns indígenas estudantes, procuramos pensar a partir das narrativas, os impactos que o curso e a IES promoveram nas suas maneiras de pensar sobre o seu povo e a História, e como a formação superior colaborou nestas transformações.

A partir dessas perspectivas, procuraremos neste artigo, observar algumas dimensões deste processo, destacando o lugar do povo Fulni-ô e o impacto que o Ensino Superior promoveu no cotidiano dos indivíduos participantes neste estudo e sobre como essa dimensão reverberou no povo indígena. Para tanto, discutiremos a seguir acerca do processo de organização do Ensino Superior e as relações com os Fulni-ô.

O ENSINO SUPERIOR NO SERTÃO PERNAMBUCANO E AS RELAÇÕES COM O POVO INDÍGENA FULNI-Ô

As instituições de Ensino Superior no Sertão pernambucano, até as primeiras décadas do século XXI a maioria, constituíram-se através das experiências das Autarquias Municipais¹, faculdades destinada para formação de professores, criadas no contexto da Ditadura Civil-Militar, momento no qual se fazia necessário a formação de docentes, em uma concepção de curta duração, como exigência à formação de mão-de-obra num tempo menor para exercerem funções nas escolas secundárias que se expandiram entre o final da década de 1950 e os anos 1970. (Silva, 2019).

Por mais que a concepção de educação e ensino, fossem construídas numa perspectiva tradicional e tecnicista, esses espaços, foram locais importantes no processo de qualificação de uma mão-de-obra com a formação em nível superior diante da possibilidade, uma vez que a História da interiorização do Ensino Superior em Pernambuco ocorreu de maneira tardia, somente efetivando-se a partir da segunda metade do século XX. Realizada de maneira tímida e em grande medida através da iniciativa privada, seja de caráter confessional ou não, ou na educação pública não gratuita, como se apresentava a partir das Autarquias Municipais de Ensino e da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, instituição embrião da Universidade de Pernambuco, que mesmo sendo estadual, até o governo de Eduardo Campos, em 2009 cobrava mensalidades nos cursos de Graduação.

Frente a essa situação, é importante observar que da década de 1970 às primeiras décadas do século XXI, com a expansão da Universidades Federais, o espaço de formação acadêmica teve nas Autarquias de Ensino Superior, um *lócus* importante, inclusive, de promoção junto as populações indígenas, como no nosso estudo, o Centro de Ensino Superior de Arcoverde (AESA-CESA), faculdade mantida pela Autarquia de Ensino superior de

¹ As autarquias Municipais de ensino, são instituições públicas não gratuitas ligadas a administração indireta do poder municipal, que em Pernambuco perfazem um total de 13 instituições e foram ao longo dos últimos 54 anos responsáveis pela formação de profissionais do ensino e, que nos últimos anos ampliaram a oferta para outros cursos de graduação.

Arcoverde, instituição fundada em 1969, e ao longo destas décadas com muitas possibilidades de formação em nível superior, para os povos indígenas habitando próximos a Arcoverde.

Com a AESA-CESA e depois a Escola Superior de Saúde de Arcoverde, fundada na primeira década do século XXI, inicialmente com os cursos de Enfermagem e Educação Física, a oportunidade para formação superior no interior, além de proporcionar uma formação intelectual a esses povos, transformou e, ainda transforma, em grande medida a realidade social ao qual os indígenas estão inseridos. Situação dimensionada, seja através do processo de melhoria na condição de vida financeira, uma vez que muitos deles se profissionalizam ou, a partir de discussões provocadas na IES contribuindo, nas relações entre as organizações dos indígenas dialogando com o conhecimento histórico, buscando pensar e reavivar os chamados conhecimentos tradicionais.

Destacando, assim, estes aspectos, observamos que muitos daqueles formados nos cursos de licenciatura, e pensando a partir do povo Fulni-ô, foco central do nosso estudo. Percebemos os impactos proporcionado pela formação superior, nas escolas Fulni-ô, com o corpo docente majoritariamente formando por indivíduos do povo, sejam professores, coordenadores pedagógicos, gestores e demais componentes fazendo parte da gestão escolar. Possibilitando assim, um ambiente no qual os alunos se sintam mais confortáveis na situação em que vivem e garantindo uma melhor formação educacional através dos nomeados conhecimentos tradicionais indígenas, como também os conteúdos compoem os outros componentes curriculares discutidos conforme às competências esperadas para o ensino.

A AESA-CESA-ESSA² tem contribuído de forma significativa na busca por qualificação profissional apresentada como parte dos interesses indígenas pela formação no Ensino Superior para essa mudança de cenário nas escolas indígenas. Na prática, a necessidade de conhecer mais a respeito da história, refletindo principalmente no processo de transformação na vida do povo Fulni-ô, e a educação superior colaborando para que ocorra, a partir das trajetórias de vida enquanto indígenas, uma nova perspectiva com a inserção de indígenas no Ensino Superior. As nossas reflexões, serão a partir da Licenciatura em História, ocorrendo há quase 50 anos nesta IES. Tendo como horizonte, as trajetórias de ex-estudantes Fulni-ô nesta

² Esta sigla refere-se como já apresentamos anteriormente, a Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde e as duas faculdades por ela mantidas, que são o Centro de Ensino Superior de Arcoverde e a Escola Superior de Saúde. No caso do curso de História ela encontra-se vinculada ao Centro de Ensino Superior de Arcoverde.

instituição, procurando pensar quais os impactos que a formação universitária produziu, em suas vidas e na compreensão das relações da História com os povos indígenas e especificamente, o povo Fulni-ô.

Outra dimensão que procuramos observar em nosso estudo, foram as reflexões estabelecidas a partir do curso de Licenciatura em História, compreendendo essa habilitação como outras licenciaturas na AESA/CESA, tornando-se uma vantagem, fazendo com que o sonho de cursar uma formação superior seja possível. Apesar de até o momento não possuir ações afirmativas no processo de ingresso, a AESA-CESA conta com alguns benefícios possíveis durante a formação, como o desconto de 50% de pagamento nos cursos de Letras, Educação Física e História. E também auxílio de bolsas de estudos federais mantidas pela CAPES (PIBID e Residência Pedagógica), estaduais (PROUNI-PE e PROUPE), além de alguns cursos com o financiamento estudantil através do FIES (Caixa Econômica Federal). No caso dos indígenas habitando na região, a AESA, de alguma forma, contribuiu no processo de formação e qualificação profissional, além de possibilitar que essa formação seja umas das maneiras para resistir e continuar reivindicando os reconhecidos direitos constitucionais dos povos indígenas.

Buscamos, portanto, discutir as relações construídas entre o espaço do Ensino Superior na região e as possíveis relações com os Fulni-ô, procurando analisar, no próximo tópico, o processo de estruturação de políticas públicas para o acesso dos povos indígenas ao espaço universitário, procurando compreender a importância deste acesso e, ao mesmo tempo observar que a AESA-CESA, mesmo muitas vezes não possuindo políticas específicas, tem grande relevância nesse processo.

DA “ALDEIA” À UNIVERSIDADE

O Brasil realizou, desde o período da redemocratização e de maneira mais intensa nas primeiras décadas do século XXI, mudanças significativas em todos níveis de ensino e na sociedade em geral. Dentre estas reformas, a partir da promulgação da Constituição Federal em 1988, reconheceu aos povos indígenas as formas próprias de organização, assegurando o direito à educação diferenciada, específica e bilíngue. E dessa forma o artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabelecendo:

[...] desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de: I. Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e II. Garantir aos índios, suas comunidades e povos o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, 1996, p 38.)

Sendo notório, que cada vez mais políticas públicas, após a Constituição Federal e a LDB, com a provocação dos movimentos sociais vinculados aos povos indígenas e lideranças políticas sensíveis a esta pauta, colaboraram na criação de leis garantindo uma educação diferenciadas para estes grupos étnicos.

Como a Lei nº 11.645/2008, com a obrigatoriedade do estudo da história e culturas afro-brasileira e indígenas nos currículos da Educação Básica, possibilitando novas reflexões e abordagens, provocando assim, questionamentos sobre uma visão genérica e equivocada a respeito dos povos indígenas comumente difundidas na sociedade, em grande medida, devido a uma invisibilidade, cristalizações e desconhecimento sobre como estes povos foram sendo representados na História do Brasil.

É importante ainda destacar que a efetivação de uma legislação, como a garantida pela Lei que garante o ensino das temáticas afro e indígenas, como componente importante a ser experiências na formação docente, ainda encontra alguns entraves, ou porque como observa (Silva, 2019) quando se constituem no ensino superior componentes curriculares voltados a esta discussão, ocorre um “privilegiamento”, com relação a temática indígena, desde a última reformulação curricular da licenciatura em História, do Centro de Ensino Superior de Arcoverde, a perspectiva adotada inclusive pela denominação da disciplina foi incorporar o “espírito” da legislação, uma vez que, a própria denominação é história afro indígena, o que a relaciona com as discussões orientadas pela Lei nº 11.645/2008 e o parecer 14/2015, este último um importante documento responsável pela orientação e normatização, do estudo dos povos indígenas na educação básica. Tais documentos são fundamentais para que se estruture o ensino e discussão sobre a temática indígena. (Silva, 2019; parecer 14/2015. IN: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27591-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&Itemid=30192; ALMEIDA, IN: ____.(org.), 2022, pp.35-51).

Desta forma, sobre o ensino de História no Brasil é possível afirmar que:

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual. Inicialmente foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas, à medida que se organizava e se ampliava esse nível de escolarização, a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”. Esse objetivo sempre permeou o ensino da História para os alunos de “primeiras letras” e ainda está presente na organização curricular do século XXI. Métodos e conteúdos foram sendo organizados e reelaborados a fim de atingir esse objetivo maior (Bittencourt, 2009, p.60).

Portanto, sendo esse o caminho para pensar que a partir dos relevantes avanços no ensino básico, onde se construiu nas últimas décadas a concepção, no período pós-redemocratização que sua função seria a formação integral do cidadão, havendo possibilidades para os indígenas ingressar no Ensino Superior e a uma educação para maiores diálogos com os não indígenas no Brasil. Embora, apesar dos muitos avanços, ainda existem muitas dificuldades desde o ingresso a formação no Ensino Superior.

Sancionada no ano de 2012 a Lei de Cotas nº 12.711, contempla os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, garantindo que universidades e institutos federais reservem uma porcentagem de vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas nos processos seletivos. Sendo importante ressaltar que a lei de cotas não é, e está longe de ser, uma solução única para todos os problemas de desigualdades e discriminação racial enfrentados por essa parcela da população. Contudo, em 10 anos da lei de cotas percebe-se nitidamente o impacto modificando a história do Ensino Superior público no Brasil.

Segundo o Censo IBGE/2010, a população brasileira somava 190.755.799 milhões de pessoas, desse total 817.963 mil indígenas, representando 305 diferentes etnias e 274 línguas indígenas registradas no país. O Nordeste concentrando 106.150 mil indígenas e em Pernambuco 60.995 indivíduos se autodeclararam indígenas. O percentual sendo um dos maiores do Nordeste e do país. Em Águas Belas, situada no Agreste pernambucano, 3.675 indivíduos equivalente a 9,1% da população, se declararam indígenas, os Fulni-ô.

A partir dessas informações, com a considerável população indígenas em Pernambuco, observamos a necessidade das políticas indigenistas, principalmente em relação à educação superior. Uma dessas carências percebida quando consideradas as políticas de ações afirmativas na Universidade de Pernambuco/UPE, única instituição pública estadual de Ensino Superior a UPE, mas sem o sistema de cotas raciais.

Em contrapartida, diante do processo de interiorização de ações educacionais em nível superior, principalmente aos sertões nordestinos com pouca disponibilidade nesse nível de ensino, para formar os profissionais na Educação Básica, surgiu a FAFOPA – Faculdade de Formação de Professores de Arcoverde – em fins da década de 1970 tornando-se AESA, proporcionando acesso a formação superior. (Silva, 2019).

Mesmo que a IES ainda necessitando da construção do ponto de vista oficial de políticas de ações afirmativas para visibilidades sobre os chamados povos tradicionais, principalmente, os habitando na região, tem em alguma medida oportunizado a formação em nível superior de muitos indígenas habitantes no vale do Ipanema-Moxotó, contribuindo assim, sobremaneira, nos processos históricos vivenciados por esses povos, sobretudo, o povo Fulni-ô, na ressignificação das identidades étnicas e no acesso ao mercado de trabalho através das licenciaturas, especificamente no Curso de História.

Sistematizar essa temática é, em grande medida, analisar de forma crítica os impactos que as ações afirmativas teriam sobre os cursos de História por meio das licenciaturas na formação de professores indígenas para atuarem na organização de seus povos, através de diálogos com o conhecimento histórico e os embasamentos provindos dos conhecimentos tradicionais, tal dimensão é fundamental para o processo de escolarização aconteçam nestes territórios, tendo como agentes principais, os próprios indígenas. Desta forma, as ações afirmativas, viabilizadas pelas políticas de cotas provocaram uma mudança substancial no cenário universitário Brasil, estudos como o de Adilson Santos (2018), preocupado como se deu a dinâmica do processo de implementação das cotas em três diferentes universidades do estado de Minas Gerais, nos ajuda a pensar a importância e o dilema, da entrada destes personagens no cenário universitário brasileiro. Ainda pensando o lugar dos indígenas, no espaço de ensino superior, os estudos da professora Maria da Penha Silva (2021), pensando a inserção dos indígenas nos Institutos federais e quais as visões que muitas vezes são estabelecidas sobre eles, nos ajudam a pensar como o acesso destes sujeitos no espaço

escolar, seja no ensino superior, no foco neste artigo, ou na educação básica, constitui-se num tema rico de debates.

É importante ainda, destacar o papel da Educação Escolar indígena no processo de organização curricular do ensino, com novas respostas a reafirmação das identidades étnicas e a valorização das memórias históricas nativas, como assegurado na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96). Sendo, uma estratégia importante no processo de difusão de temáticas que possam circular na nossa sociedade para repensar quem são os indígenas e qual a dimensão da participação deles na História do Brasil, como uma país pluriétnico, plurilinguístico e pluricultural.

Nesse sentido, é importante considerar a AESA-CESA como propulsora da formação dos indígenas habitando na região, os Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção); os Xukuru de Cimbres (Alagoinha, Pedra, Pesqueira e Venturosa); os Kapinawá (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim), os Kambiwá (Ibimirim e Inajá); os Tuxá (Inajá), assim como os Fulni-ô (Águas Belas) citado recorrentemente neste texto.

Mesmo contribuindo na formação profissional, é importante ponderar que os currículos dos cursos superiores na instituição ainda exigem a adaptação a legislação prevendo o tratamento da temática indígena de maneira mais evidente, sendo na maioria tratada nos cursos de História e em discussões promovidas pela licenciatura de Pedagogia, a partir dos estudos das relações étnico-raciais.

PENSANDO O POVO FULNI-Ô: MEMÓRIAS E HISTÓRIA

Distante aproximadamente 313 km da capital Recife, o município de Águas Belas está situado no Agreste pernambucano, onde habita o primeiro povo indígena reconhecido oficialmente na década de 1920 em Pernambuco pelo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), os outrora chamados Carnijó, atuais Fulni-ô. (Bezerra, 2020)

Com o bilinguismo, os Fulni-ô por meio da língua materna, o *Yathê*, foi o único povo no Nordeste, que continuaram falantes da língua nativa, - excetuando as línguas indígenas no Maranhão, devido à inclusão do estado no território compreendido pela Amazônia Legal, critérios esse definido pela Funai (Fundação Nacional do Índio). E os Pataxós no Sul da Bahia investido para retomar a Língua Patxohã –. Os Fulni-ô, além de ser um povo reconhecido por essa especificidade, como “guardiões de um tesouro linguístico”, também com expressões

socioculturais rica em habilidades artísticas e manuais, bem como a realização do ritual sagrado Ouricuri, restrito a participação de não indígenas.

Para o antropólogo Peter Schröder (2012) “É fácil escrever alguma coisa sobre os Fulni-ô”. Isso porque muitos estudos foram realizados sobre esse povo. Contudo, apesar do leque de reflexões disponíveis sobre os diferentes aspectos os Fulni-ô ainda é o centro de atenção de muitos estudiosos, pelas especificidades socioculturais e resistência histórica.

Dessa forma, sobre o conhecimento acerca da história desse povo indígena sendo possível enfatizar:

Então, não é novidade e muito original escrever alguma coisa sobre os Fulni-ô. É difícil escrever sobre os Fulni-ô. Esta declaração não só se refere à política de diversos segredos culturais e linguísticos praticada pelos Fulni-ô, uma verdadeira barreira bastante eficiente para impedir conhecer muitos aspectos da vida indígena em Águas Belas, no Agreste pernambucano. (Schröder, 2012, p.03).

Assim, tendo o reconhecido valor histórico e social, os Fulni-ô é um povo com característica principal a resistência sociocultural como no caso da Língua *Yathê*, as danças do Toré, cafurna e o ritual Ouricuri, pois são símbolos dessa resistência secular.

O significado em *Yathê* de Fulni-ô é “povo a beira do rio ou povo que vive ao lado do rio” – embora por muito tempo forma pensados como um povo da família indígena Kariri, pesquisas apontam que surgiram da reorganização de povos indígenas na região onde habitam na atualidade.

O povo Fulni-ô sobreviveu a uma história de massacres dividida em dois momentos: o primeiro momento pelos portugueses colonizadores que foi marcada pela brutalidade, escravidão e violência, e no segundo momento, pelos coronéis e jagunços, sendo proibidos, inclusive de praticar de seus rituais e de se comunicar em sua língua materna”. (Silveira, Marques, Silva, 2012, p. 2)

Durante muito tempo, os Fulni-ô vivenciaram os inúmeros conflitos pela posse de terra e situações envolvendo-os diretamente. Essa convergência possibilitou um olhar além de uma convivência com os não indígenas de bastante preconceitos e desconfianças sobre diversidade étnica e sociocultural indígena, quanto aos protagonismos como sujeitos na própria história. Contudo, é importante considerar também o olhar a respeito desta etnia a partir do processo

de solidificação das formas de resistência sociocultural e o papel na participação entre os diferentes espaços políticos na construção identitária.

Na atual conjuntura sociopolítica nos Fulni-ô é reconhecida a divisão de lideranças no território acarretando uma situação de rivalidade entre o próprio povo. Como se não bastasse as desigualdades sociais herdadas desde o início do período colonial e as perseguições locais que avançaram sobre o território Fulni-ô, vivenciam atualmente, esse processo de divisão interna. Desde 2018, após a morte da maior autoridade do povo Fulni-ô, o Cacique João Pontes, iniciou um processo de escolha para o novo cacique. Naquela ocasião, um Cacique foi escolhido como sucessor de João Pontes, entretanto um grupo indígena questionou os critérios de escolha, provocando assim uma divisão sociopolítica e religiosa. É importante, observar qual o lugar reservado a estes personagens no interior da organização indígena, acompanhando o que o autor citado abaixo analisou:

Os papéis tradicionais do Cacique e do Pajé como líderes político e religioso, respectivamente, começaram ser contestados, a partir dos anos 90, por facções oposicionistas e insatisfeitas com a situação econômica e territorial. O faccionalismo Fulni-ô foi bem analisado no relatório de Fialho & Secundino (1999). (Schröder, 2012, p.10).

Os critérios de escolha tanto para o Cacique, quanto para o Pajé são realizados em seu ritual sagrado Ouricuri e, portanto, sigiloso, sabe-se apenas que esses cargos são mantidos de forma vitalícia. Com isso, o povo Fulni-ô vivencia esse processo de ruptura na herança ancestral, resultando na atual conjuntura sociopolítica e religiosa e por isso, com dois caciques e dois pajés, dentre outras figuras de lideranças.

Antes deste evento, os Fulni-ô estavam organizados em três aldeias, (Principal, *Xixiaklá* e Ouricuri), atualmente após este processo de divisão interna, ocorreu a criação de um novo aldeamento para a prática do Ouricuri, pois com divisão de lideranças preferiram ou evitam frequentar os mesmos espaços, ainda que sigam os mesmos costumes e tradições. Entretanto, o convívio entre os indígenas na Aldeia principal é de forma harmoniosa, mesmo com as divergências. Não sendo tão evidente as “desavenças” para os não-indígenas, sendo os Fulni-ô bem discretos, no que se diz respeito às questões internas do povo. Embora o conflito seja refletido na Educação Escolar Indígena, considerando todo o processo de resistência, a participação dos Fulni-ôs nas mobilizações por direitos, esse embate interno é também um dos maiores desafios enfrentados.

No tópico a seguinte, discutiremos a importância da formação em nível superior para alguns indígenas Fulni-ô no processo de qualificação não apenas profissional, mas também na qualidade como indivíduos e indígenas. Desta forma, analisaremos as trajetórias de indígenas estudantes que ingressaram no curso de História na AESA-CESA, a partir de relatos orais sobre os impactos e as experiências atravessadas no processo de formação no ambiente do Ensino Superior.

RELATOS ORAIS DE INDÍGENAS FULNI-Ô ESTUDANTES NO CURSO DE HISTÓRIA NA AESA-CESA (2002-2021)

A pesquisa qualitativa por meio dos relatos orais de indígenas Fulni-ô ex-estudantes, procuramos compreender o processo de inserção e a trajetória destes discentes no Curso de História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde. A partir disso, foram coletados quatro relatos orais por meio de entrevistas semi-estruturadas de ex-alunos no Curso de História da AESA-CESA, atualmente fazendo parte do corpo docente da Escola Indígena Marechal Rondon, no território indígena Fulni-ô, município de Águas Belas/PE.

O recorte constitui-se numa dimensão importante, uma vez que a AESA-CESA, como destacamos nesse artigo, ocupa uma posição relevante, no processo de formação profissional, possibilitando ao povo Fulni-ô como protagonistas reelaborarem a compreensão sobre a História e a importância de repensar e recontar as experiências do povo indígena, possibilitando assim, que atuem no processo de formação educacional no próprio território indígena.

Através dos relatos orais abordados adiante, foi possível observar que mesmo com as dificuldades enfrentadas ao longo das trajetórias de vida, principalmente, por serem indígenas, existem aliado a esta dimensão uma necessidade de formação profissional voltada, especificamente à área da educação, nessa perspectiva a AESA-CESA foi uma das principais responsáveis neste processo. Como o nosso recorte foi o Curso de História, o lugar no qual os indígenas estudantes construíram as trajetórias acadêmicas, desde pelo menos a inserção nas discussões relacionadas a temática indígena, contribuindo de alguma forma para contemplar os próprios conhecimentos tradicionais e conhecimento relevantes para os indígenas, competindo assim, não somente atuarem no território, onde habitam, mas também nas secretarias de educação responsáveis pela atribuição.

Narrar-se constitui uma experiência importante, no processo de construção da História enquanto, disciplina, porque através dos relatos forjados, sendo possível elencarmos um conjunto de questões que mesmo-construídos a partir de entrevista individuais, de alguma maneira, destacaram as construções coletivas pois a partir destas memórias sedimentadas nos relatos, que as narrativas constroem sentidos, e muitas vezes, apresentam os significados de alguns processos para aqueles que se narram e as representações muitas vezes são construídas sobre os mesmos. Desta forma, as memórias relatadas constituem-se num arsenal importante para compreendermos a História, não apenas dos personagens narrados, mas do povo que representam. (Montenegro, 2001; Halbwachs, 2011)

Dito isto, como observamos, a partir dos relatos orais foi possível perceber informações importantes sobre o processo de inserção no Ensino Superior e as motivações para a escolher o Curso de História e por que estudar na AESA:

Primeiramente, o curso de história, eu tinha um interesse desde o Ensino Médio, mas eu vi que o curso de História era uma ferramenta fundamental para eu poder mobilizar as pessoas com ideias, transformar as pessoas por meio das boas ideias e também especificamente por conta que através do curso de história eu conseguia ter uma noção da história dos povos indígenas e até em certo momento, refazer uma história que foi mal contada, um dos motivos também de eu querer estudar e fazer história, era para um dia eu chegar defender a luta do nossos povos indígenas. E também escolhi estudar em Arcoverde por conta que era a cidade mais próxima que oferece curso de História (Sá, 19 de setembro de 2022).

Ao analisarmos o relato de Tawan Leite de Sá³, ex-aluno no citado Curso de História, foi possível notar que nele havia uma certa preocupação em reafirmar a identidade, enquanto indígena Fulni-ô, para assim estabelecer novas relações de construção e reconstrução de saberes, como afirmou. A dimensão de reelaborar as situações narradas, partindo da compreensão que os indígenas não seriam, atores coadjuvantes, mas personagens centrais no processo histórico, de alguma maneira observado e compreendido como a existência. Mesmo que não teorizado pelo estudante sobre isso, sobre uma consciência histórica, dimensão importante na construção de uma História produzindo significados e possibilitando que seja superado uma visão tradicional deste conhecimento.

³ Os indígenas Fulni-ôs que forneceram os seus relatos orais, preferiram utilizar os seus nomes de registro.

Ainda tendo como temática, a possibilidade de defesa das mobilizações dos Fulni-ô, diante da atual conjuntura sociopolítica, mas também na condição de personagens da/na História, vislumbramos no relato de Vanderlan de Freitas, uma posição semelhante, pois:

A necessidade de esclarecer para o meu povo um pouco da sua trajetória como grupo étnico. Então eu entendi que era necessário nós preenchermos algumas lacunas que estavam faltando para que nós pudéssemos entender realmente a história do povo Fulni-ô. Então esse foi um dos motivos e com relação à disponibilidade também de transporte que fornecido pela prefeitura. (Freitas, 27 de outubro de 2022).

Como parte das preocupações observadas nos dois relatos, evidenciou-se cada vez mais a importância do conhecimento, pensando as trajetórias a partir da formação no Curso de História, e como possibilitou um processo de construção de consciência, mas também de ação, para que as mobilizações sociais, pensadas a partir de uma formação em nível superior, colaborasse num processo de melhoria para os povos indígenas.

Além disso, nos dois relatos um dos aspectos em comum foi o relacionado a questão da acessibilidade a instituição. Enquanto, Tawan apontou a AESA como a IES com o curso mais próximo do município onde habitava, Vanderlan justificou a opção com a disponibilidade gratuita do transporte até Arcoverde.

Na perspectiva de uma nova prática reflexiva sobre a história do povo Fulni-ô, a educação superior contribuiu neste processo de transformação, por qualificar profissionalmente os indígenas para atuarem, especificamente, no território indígena, na construção desse processo de melhorias no campo da Educação Escolar Indígena.

Deste modo, a estudante Maria Alzira Araújo (2002) destacou que “o meu sonho era ter uma formação e voltar para minha aldeia e fazer com que essa formação desses frutos, e hoje já tenho alunos que hoje são colegas de trabalho”. No relato da estudante, relacionando-o como os analisados anteriormente, foi possível observar o desejo de contribuir na vida do seu povo através da sua formação, como uma afirmação constante nas narrativas, em grande medida porque muitos deles compreenderam a importância que o processo de educação e formação em nível superior tornou-se fundamental na construção e reconstrução dos chamados conhecimentos tradicionais no território indígena.

Todavia, se faz necessário compreender a importância das expressões socioculturais indígenas e a compreensão de valores considerando a situação local. Assim, de um modo

geral, a educação superior, contribuiu no processo de afirmação sociocultural do povo Fulni-ô. Como afirmou José Leite Machado:

A educação ela tem assim, uma contribuição muito importante para nós indígenas, né? Digo isso assim, dando como exemplo como eu. A partir do momento que eu passei a ter mais conhecimento, melhores conhecimentos, ingressei na faculdade, eu comecei a ver a história do meu povo de uma forma diferente. (Machado, 03 de outubro de 2022).

Além da visão de José Leite Machado Machado (Zeca Fulni-ô), ao observarmos os significados desse processo de formação superior, principalmente, nos cursos de licenciaturas, em específico, os existentes na AESA, é fundamental dimensionarmos afora a importância o caráter modificador, pois se apresentam como uma possibilidade significativa na mudança de vida para muitos destes indígenas estudantes. Não se restringindo exclusivamente, a uma dimensão econômica, mas sobretudo, na aquisição de autonomia intelectual e compreensão que a educação muda não somente as trajetórias individuais, mas de maneira efetiva, a do seu povo.

Essa compreensão foi vislumbrada, a partir do relato a seguir

Eu vejo que assim, que nós Fulni-ô, nós somos iguais a qualquer outro cidadão, então a independente se eu faço o curso de Letras, eu vou buscar entender da estrutura da nossa língua, se eu faço o curso de História, eu vou buscar a entender nossos processos históricos no passado e na atualidade, os conflitos, as histórias de nossos anciãos, se eu faço biologia, eu vou buscar entender um pouco sobre a medicina tradicional. Eu creio que o conhecimento, e o conhecimento especialmente desses cursos oferecidos da AESA, não só eu, mas muitos outros Fulni-ô que foram formados lá, eles sempre estão contribuindo para o desenvolvimento do povo Fulni-ô. (Sá, 19 de setembro de 2022).

Neste sentido, Tawan Leite de Sá, evidenciou os protagonismos internalizados pelos indígenas estudantes, através do contato acadêmico com os cursos de licenciatura, e de maneira específica com o Curso de História na AESA-CESA, para o povo Fulni-ô, quando apresentada a importância da formação nas diversas áreas. Sendo assim considerada uma ampla e indispensável aplicabilidade dos conteúdos aprendidos/discutidos na faculdade quando relacionados aos conhecimentos tradicionais das vivências indígenas.

Desta forma, a AESA atingindo um papel importantíssimo ao garantir o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos aos povos indígenas na região. Apesar de ter sido destacado acima a importância dessas formações, é importante observar nos relatos o lugar do *Yathê*, a língua materna Fulni-ô no processo de fortalecimento identitário, como destacado pelo ex-estudante Tawan:

O *Yathê* está presente desde o Ensino Fundamental, tem no Ensino Infantil, Ensino Fundamental até o Ensino Médio. No Ensino Infantil e Fundamental é muita aula no campo, muita aula de cânticos, de confecção de artesanato, de passeio, quando chega mais para o Ensino Médio, quando os adolescentes estão com a cabeça mais prontas e você vai começar a estudar língua de fato, começa a estudar a língua, por que disso, por que daquilo, entender como ela é falada, entender o que mudou e o que está em transformação, é desse jeito. (Sá, 19 de setembro de 2022).

Como podemos observar no relato de Tawan as formas de ensinar a língua materna ocorre desde o Ensino Fundamental até o Ensino Médio, sendo o *Yathê* um componente curricular. O *Yathê* por ser a língua materna dos Fulni-ô é uma oralidade no cotidiano no território indígena. Em meio as vivências com os não indígenas, o Português é a língua predominante.

Dessa forma, com a história de mobilizações por direitos e resistência, a língua materna indígena foi perdendo espaço para o Português, como destacou José Machado (Zeca Fulni-ô) (2022) existindo assim, a necessidade de fortalecimento desta língua, pois no território indígenas existem outras formas do *Yathê* ser ensinado. Além dos ensinamentos tradicionais, de certa forma responsabilidade da família, ocorre o ensino da língua nativa nas escolas no território. Diante disso, Maria Alzira de Araújo, afirmou:

Existem duas formas de se estudar a língua materna aqui na Aldeia. Existem as turmas específicas, variando pela idade. À noite é mais jovens e adultos, à tarde é mais adolescentes, crianças, e de manhã também mais adolescentes e crianças. E existe a disciplina como um componente curricular como outro qualquer. (Araújo, 29 de outubro de 2022).

O processo de defesa do ensino e socialização da língua materna Fulni-ô, sendo um dos campos de defesa importantes, uma vez que como destacamos, além definir a

especificidade enquanto povo indígena, também constroem o sentido de unidade. Diante, das narrativas sobre os significados do conhecimento e socialização dele, iremos em seguida discutir de que forma políticas públicas impactaram também no processo de formação destes indígenas estudantes.

EXPERIÊNCIAS DE DOCÊNCIA E PERMANÊNCIA, COMO POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRIBUINDO NA FORMAÇÃO DOS INDÍGENAS NA AESA-CESA

A partir dos relatos evidenciando as trajetórias de inserção no Ensino Superior, foi importante também destacar de que forma as políticas e ações de auxílio permanência foram, fundamentais, não apenas para que os indígenas estudantes, muitos deles provenientes de um espaço rural e com certas dificuldades de manutenção, concluíssem o processo de formação.

Diante desta realidade, apresentaremos, baseado nos relatos algumas questões relacionadas aos impactos que programas como o PROUPE e o PIBID, além de outras formas de incentivo promoveram na formação dos indígenas estudantes Fulni-ô. Na narrativa de Vanderlan, observamos os impactos destes programas. Vejamos:

Eu fui beneficiado pelo PROUPE e entrei no PIBID. Então eram dois programas, um do governo do estado e outro do governo federal, o qual eu fui beneficiado e ajudou muito. Porque quando a gente vai estudar fora, justamente nós precisamos desses incentivos para que nós possamos sobressair. Porque para quem é minoria, mais uma vez, esses benefícios assistencialistas são essenciais para que se possa obter êxito numa possível graduação, numa possível pós. Essa foi a realidade. (Freitas, 27 de outubro de 2022).

Ao analisarmos o relato de Vanderlan de Freitas, percebemos que as citadas políticas foram fundamentais, por mais que o PIBID não seja especificamente assistencial, como observou o estudante, pois a preocupação é com a formação inicial e o incentivo para estudantes entrem em contato com o universo docente na educação básica, mas são incentivos financeiros contribuindo na manutenção de estudantes e foram e são importantes para a AESA-CESA.

Ademais, sendo ainda possível ressaltar, que antes da estruturação destes programas, acompanhando o relato da estudante Maria Alzira de Araújo (2022), quando afirmou: “Eu fui bolsista da Funai. Eu entrei na AESA com meu próprio bolso. Quando eu entrei, passei, pronto,

agora eu quero uma bolsa. Corri atrás da bolsa e consegui. A Funai era quem pagava para mim”. (Araújo, 2022). Nesse relato, chamou a nossa atenção que na época quando Maria Alzira foi bolsista da Funai, o processo ocorria através da intermediação das lideranças e do Chefe do Posto no território indígena, para a concessão do benéfico a indígena estudante.

Ainda no relato, Maria Alzira (2022) afirmou: “a minha bolsa foi 100% da FUNAI, mas ela só pagava realmente a mensalidade, o resto eu que tirasse, alimentação, essas outras coisas, era do meu próprio bolso”. De acordo com a narrativa, a estudante tinha apenas a bolsa concedida pela Funai, no final de cada semestre repassando o valor total correspondente ao período cursado. Incentivos que ajudou no seu processo de formação. Diante dos relatos elencados, torna-se possível observar como se construíram as trajetórias dos estudantes indígenas no ensino superior, pensando-as a partir de uma Autarquia Municipal de Ensino Superior, foco do artigo e que teve um papel importante no processo de formação intelectual e profissionalização destes personagens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos relatos e trajetórias apresentadas é importante destacar algumas questões: a primeira delas, o papel que a educação formal, em nível superior no processo de ressignificação das experiências pessoais e nomeadas tradicionais pelos povos indígenas, uma vez contribuindo de maneira eficaz no amadurecimento não apenas individual, como pudemos acompanhar, mas repensar e reordenar os processos de ensino-aprendizagem junto aos indígenas, no caso específico, os Fulni-ô e, para além disto, nos processos de mobilização e formação sociopolítica.

Uma segunda questão possível de entrever, foi que mesmo sem políticas públicas especificamente para as populações originárias, a AESA-CESA e o curso de História, num primeiro momento, ainda sem contemplar as discussões sobre a temática indígena e depois de 2016/17, implementando essa reflexão, tem contribuído significativamente para as percepções destes personagens como sujeitos ativos nos processos históricos local e regional.

Uma terceira questão, diz respeito sobre como políticas públicas de incentivo a formação docente, vide PIBID ou bolsas de manutenção como o Prouni-PE e outras, são essenciais para que diante da ausência de políticas mais duradoras, inclusive agravadas nos últimos quatro anos [2017-2020] com o Estado brasileiro realizando contingenciamento de

recurso destinados a Educação e não tem pautado discussões pertinentes as populações indígenas, possibilitando mesmo com limitações influenciar para transformar e incentivar exequíveis ações de assistência a estas populações.

Diante, das experiências e trajetórias brevemente analisadas, uma dimensão é importante a ser destacada é o papel que a educação e de maneira mais direta, as discussões possibilitadas pela licenciatura em História no Centro de Ensino Superior (AESA-CESA) nos últimos anos tem provocado, no sentido de repensar não apenas a consciência histórica destes indígenas estudantes, mas sobretudo, o povo Fulni-ô. Uma vez que esses licenciandos egressos, atuam na escola no território indígena e contribuindo para reconstruir a história e os significados do que é ser Fulni-ô como docentes junto as crianças e jovens deste povo indígena.

REFERÊNCIAS

ABREU, Aurélio M.G. **Culturas indígenas do Brasil**. São Paulo, Traço, 1987.

ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. Não foi ‘descobrimento’ pelos ‘colonizadores’, foi invasão por caçadores de almas! Algumas reflexões sobre como aprender história com a literatura indígena. IN: ALMEIDA, Helena Azevedo Paulo de. et al. **História e afetividades: temporalidade, narrativa e consciência histórica**. [livro eletrônico]. Vitória, ES: Editora Milfontes, 2022. p. 35-51.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BEZERRA, Deisiane da Silva. **Com os índios: Padre Alfredo Dâmaso, os Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2020.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996. BRASIL.

SILVEIRA, Lúdia Maria Lima de Cerqueira; SILVA, Edson; MARQUES, Luciana Rosa. Fulni-ô: história e educação de povo bilíngue em Pernambuco. **Cadernos de Pesquisa**, v. 19, p. 31-41, 2012.

GRUPIONI, Luís Donisete. **Formação de professores indígenas: repensando trajetórias**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

HALBWACHS, Maurice. **Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2011

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória: a cultura popular revisitada**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MOTA, Thiago. **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SANTOS, Adilson Pereira dos. Implementação da lei de cotas em três universidades federais mineiras. (Tese de Doutorado), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais Belo Horizonte, 2018.
221

SCHRÖDER, Peter (org.). **Cultura, identidade e território no Nordeste indígena: os Fulni-ô**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SILVA, Augusto César Acioly Paz. A fundação da Faculdade de Formação de Professores de Arcoverde (1969-1980): memórias, cotidiano e história. *In*: SILVA, Augusto César Acioly Paz. **Cadernos de Pesquisas em Cultura Política, Educação e Diferenças**. Vol. 01, Arcoverde: Oxente, 2019. p.13-28.

SILVA, Augusto César Acioly Paz; JÚNIOR, Venício José da Silva. A revista Peleja: História e desenvolvimento de um periódico acadêmico nos sertões pernambucanos (1979 – 1984). **História Unicap**, v. 7, n. 13, jan./jun. de 2020. p.286-298.

SILVA, Edson. Os índios na História e a História Ambiental no semiárido pernambucano, Nordeste do Brasil. **REVISTA MUTIRÔ**, V. II, Nº II, 2021, P. 87-104.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (orgs.). **Ensino da temática indígena e educação para as relações étnico-raciais**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

SILVA, Maria da Penha da. Estudantes indígenas na educação superior em pernambuco: afirmando a identidade e direitos. **Revista de Ciências Humanas CAETÉ**, v. 3, nº1, 2021, p.151-172

ENTREVISTAS:

1. José Leite Machado (Zeca), Águas Belas/PE. 3 de outubro de 2022.
2. Maria Alzira Florentino de Araújo, Águas Belas/PE. 29 de outubro de 2022.
3. Tawan Leite de Sá, Águas Belas/ PE. 19 de Setembro 2022.
4. Vanderlan Matos de Freitas, Águas Belas/PE. 27 de outubro de 2022.

DADOS DE AUTORIA

Augusto César Acioly Paz Silva

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde, Centro de Ensino Superior de Arcoverde. Doutor em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2013) e Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba (2007). Possui graduação em História (2002) e especialização em História Regional do Brasil (2004) pela Universidade Católica de Pernambuco. Tem experiência na área de História na Educação Básica (Fundamental e Médio) e no nível Superior (graduação e Pós-graduação). Suas áreas de interesse de estudo e pesquisa são: ensino de História e Cinema, Formação de Professores e História das Instituições de Ensino Superior História do Brasil com ênfase em História do Nordeste Brasileiro Contemporâneo, Maçonaria no Brasil, Nordeste e Pernambuco, Cultura Política, Igreja católica e relações catolicismo - Maçonaria no período republicano. E-MAIL: cesar_historia@hotmail.com , ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7135-1834>.

Jose Andre Ferreira Salu

Mestrando em História pela UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Graduado em Licenciatura em História pela AESA - Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (2022) e Pós graduado em Metodologia do Ensino de História pela Faculdade INTERVALE - Faculdade Mantense dos Vales Gerais (2023). Sua trajetória acadêmica contempla pesquisas nas áreas de História da Formação de Professores e História das Instituições de Ensino Superior do Nordeste especificamente em Arcoverde, pensando também o processo de acesso dos povos indígenas, mais especificamente, os Fulni-ô no ensino superior e de maneira particular, ao curso de História. Suas áreas de interesse de estudo e pesquisa são: História do Brasil com ênfase em História do Nordeste Brasileiro Contemporâneo, História de Pernambuco, História Regional e Local, História e Cultura dos Povos Indígenas, Ensino de História, Educação Intercultural e Escolar Indígena, Metodologia de Ensino-Aprendizagem, Educação Básica e Multimeios em Educação. E-MAIL: jose.salu@ufrpe.br, ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6034-2904>